
MANUELA SILVA

Instituto Superior de Economia e Gestão/
Universidade Técnica de Lisboa

Novas desigualdades, novas solidariedades e reforma do Estado: Uma reflexão breve

79

*Descrever as desigualdades modernas
é, no fundo, narrar a transformação social
(Fitoussi e Rosanvallon, 1997)*

EXISTE hoje um manifesto desconforto, tanto do ponto de vista ideológico como do ponto de vista político, face ao absurdo que caracteriza o mundo contemporâneo neste final do século XX. De um lado, a constatação de que a riqueza, o progresso científico, a inovação tecnológica, a informação, cresceram a um ritmo vertiginoso e permitiram alcançar níveis extraordinários absolutamente impensáveis apenas há cinco décadas atrás. Do outro lado, a persistência, quando não agravamento, da miséria e exclusão social em que vive uma fatia apreciável da população do Globo (entre um e dois terços da população mundial), à qual não chega sequer o mínimo necessário à sua sobrevivência com a dignidade própria de todo o ser humano. E tudo isto num quadro geral que é de perigoso desequilíbrio ecológico, inclusive com risco para o futuro do Planeta.

De outra perspectiva, pode também reconhecer-se que o mundo contemporâneo experimenta, ainda, uma espécie de dilaceramento, que é uma característica da doença esquizofrénica que o atravessa. É um espelho das Luzes e da consagração dos direitos humanos universais, irrevogáveis e inego-

1. Um ponto de mira

ciáveis, em que se revê e justamente se compraz. Mas já decorreram 50 anos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os dias são manifestos e gritantes os seus atropelos, em todos os países do mundo, sob as mais diversas expressões, sem que se vislumbrem caminhos de superação de tais disfuncionamentos. Ao invés, é legítimo supor que o processo por que se tem gerado o progresso económico e tecnológico a que atrás fazia referência é, em si mesmo, o gerador primordial de muitas das violações dos proclamados direitos humanos. Refiro-me, por exemplo, ao desemprego estrutural que se instalou nos países das modernas economias capitalistas, aos bloqueios impostos ao desenvolvimento económico dos países pobres, por efeito do sistema que preside às relações económicas internacionais, ao desregulamento do sistema financeiro em vigor com total impunidade para as operações especulativas ou, ainda, ao escandaloso florescimento das indústrias do armamento e do comércio de armas.

Face a este quadro de cores tão sombrias, não admira que se assista, por parte da opinião pública e mesmo das elites intelectuais, à generalização de convicções e sentimentos de grande cepticismo e insegurança quanto ao futuro e que, progressivamente, se tenha vindo a esbater a confiança nas próprias instituições políticas responsáveis pela coesão social, o bem-estar dos cidadãos e a salvaguarda da paz internacional. Vejam-se os indicadores de opinião pública relativamente à imagem dos políticos, às suspeitas de corrupção, aos níveis de confiança no funcionamento das instituições. Atente-se no teor das reflexões feitas por alguns conceituados filósofos e pensadores sociais.

Esta breve digressão pretende sustentar a tese de que entre as novas desigualdades e a necessária reforma do Estado existe, hoje, uma relação muito estreita. Ou, para ser mais explícita e directa, em minha opinião, é do ponto de mira da superação das desigualdades que se deve partir para conceber uma indispensável reforma do Estado sustentável e compatível com a desejada realização dos direitos humanos.

Sem pretender fazer qualquer fundamentação minimamente rigorosa desta tese, o que seria extravasar a natureza do breve comentário que me foi pedido, gostaria, no entanto, de deixar explícitos alguns dos seus pressupostos. Entre eles, os seguintes:

— As novas desigualdades são afloramentos com carácter estrutural, gerados por um sistema económico que privile-

gia o enriquecimento sempre crescente de alguns (indivíduos, países, regiões) à custa de uma multidão de excluídos e marginalizados e de uma degradação ecológica sem precedentes.

— As novas desigualdades constituem o cerne dos fenômenos de anomia social e de desafiliação que estão corroendo os fundamentos da organização política dos estados modernos, rompendo a relação economia e sociedade e minando os alicerces da própria democracia.

— A superação das novas desigualdades (e, no limite, a exclusão social) não são dissociáveis da prossecução de objectivos de concretização dos direitos humanos.

O tema que nos ocupa impõe que se sejam algumas considerações acerca da natureza destas ditas «novas desigualdades» na sociedade moderna.

Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon assumem a autoria de um livro publicado em 1966 e que resultou do trabalho de um grupo de reflexão por eles animado em torno desta questão (Fitoussi e Rosanvallon, 1997). Com justeza, os Autores fazem a distinção entre as novas desigualdades e as desigualdades que vêm do passado, desigualdades persistentes, agora mais bem conhecidas graças aos aperfeiçoamentos das estatísticas, aos relatórios periódicos e aos observatórios permanentes nacionais e supranacionais. Cabem nesta categoria as desigualdades na repartição da riqueza e do rendimento, nos níveis de habitação, educação ou saúde com aqueles relacionados.

Por força da evolução do grau de informação e da própria consciência política, este tipo de desigualdades, embora a tivesse a história, é, hoje, menos tolerado do que outrora, atribuindo-se ao Estado e às suas instituições a responsabilidade pela sua erradicação ou atenuação.

A par deste tipo de desigualdades ditas persistentes, as sociedades modernas geraram — estão gerando — outro tipo de desigualdades decorrentes da própria mutação em curso, nomeadamente no que respeita à posição dos indivíduos face ao trabalho, ao endividamento, à formação do habitat e do tecido urbano, às relações sociais, à implosão do modelo familiar, à informação, às novas tecnologias, à mundialização e competitividade, à mobilidade, ao ambiente ecológico, etc.

As desigualdades modernas revestem natureza diferente daquelas que vêm do passado e exigem, por isso, novos

2. A natureza das novas desigualdades

modelos de análise, pelas seguintes razões que, de algum modo, as caracterizam:

— têm carácter estrutural, intrinsecamente associadas que estão aos fenómenos da mudança ou mutação em curso que as vão gerando;

— atravessam os distintos grupos sociais e podem afectar pessoas de todos os meios sociais ou indivíduos em diferentes fases da sua vida, pelo que tendem a gerar insegurança, temor, desconforto e suspeição generalizados;

— criam, no interior da comunidade, fossos muito cavados entre os que têm e os que não têm e, porque são desigualdades intracategoriais, a sua percepção e os seus efeitos tendem a ampliar-se através das comparações inter-pares;

— assumem uma dimensão multi-dimensional potencialmente geradora de rupturas de difícil, senão impossível, recuperação;

— são desigualdades percebidas como grandemente aleatórias e que, por isso, se apresentam como fugindo ao controlo dos próprios indivíduos sobre as suas situações de vida (o exemplo paradigmático é o do/a licenciado/a que, à falta de emprego adequado, é motorista de táxi ou arrumador/a de carros) e, conseqüentemente, são remetidas para a responsabilidade do todo social e seus órgãos de gestão e desenvolvimento.

Por todas estas características, as novas desigualdades não podem ser consideradas como um problema social entre outros. Constituem o cerne da mutação das nossas sociedades modernas de economia capitalista mundializada e por isso escolhi para epígrafe deste texto uma frase de Fitoussi e Rosanvallon: «descrever as desigualdades modernas é, no fundo, narrar a transformação social.»

3. A centralidade do «trabalho» posta em questão

De entre os enfoques possíveis acerca das novas desigualdades, nenhum se mostra tão heurísticamente fecundo como o da posição face ao trabalho e a transformação por que este passa — e terá de passar — na sociedade, designadamente a transformação da relação salarial. Será uma mutação radical profunda comparável às grandes transformações por que tem passado a modernidade. Desde a sua formação no século XVII, conheceram-se como grandes mudanças: a constituição dos estados modernos; a transformação da relação colonial com o desfazer dos impérios coloniais e o surgimento da independência política das ex-colónias; a

invenção do Estado social assente na solidariedade entre o capital e o trabalho e na responsabilização do Estado pelo bem-estar dos seus cidadãos e cidadãs.

A partir de meados da década de setenta, este último entra, porém, em processo de ruptura. Primeiro, sob a aparência suave de uma mera desregulação da economia: com a crise provocada pelo aumento do preço do petróleo, as conhecidas receitas de política económica revelaram-se impotentes para harmonizar crescimento económico, inflação e emprego. Depois, e por arrastamento, com a crise estrutural dos sistemas de segurança social, sujeitos ao efeito de tesoura, ou seja, enfrentando, em simultâneo, a redução das receitas por efeito da recessão e do desemprego e o crescimento exponencial das despesas devido ao aumento do volume das prestações de desemprego bem como devido a outros factores, entre os quais a evolução demográfica e o crescimento das despesas com a saúde.

O que muitos analistas e políticos não perceberam — e alguns continuam sem entender — é que esta sintomatologia ia pôr a descoberto uma lesão de maior gravidade: o corte na relação entre economia e sociedade, mediatizada pela via do trabalho assalariado que tinha servido de base de sustentação da coesão social.

O trabalho constituiu no passado da modernidade o elo mais forte da cadeia de relações do indivíduo com a sociedade. Não só era o trabalho (assalariado ou independente) que constituía a principal (e, na maioria dos casos, única) fonte de rendimento, como servia de elemento-chave na definição do status social e da identidade pessoal. O trabalho era, ainda, o mediador da segurança quanto ao futuro e uma base inquestionada da solidariedade.

A mundialização das economias associada às novas tecnologias, na medida em que reduz drasticamente as possibilidades de emprego e faz perigar, quase em absoluto, a estabilidade e progressão profissionais, retira ao trabalho nas actuais circunstâncias essa característica de factor estruturante da economia e da sociedade.

A economia dispensa cada vez mais o trabalho humano sob diferentes disfarces: níveis de remuneração que se degradam em várias categorias profissionais; perda de direitos e regalias; flexibilização; precariedade e, na modalidade mais óbvia, o desemprego. A lógica do capital e a inovação tecnológica vão no sentido de uma ainda maior acentuação destes fenómenos no futuro.

A transformação em curso na economia reflecte-se numa mutação profunda da sociedade: desemprego e precarização reais associados ao medo dessa situação num horizonte imprevisível atingem uma parcela considerável da população dos países ricos, nomeadamente os seus grupos etários mais jovens, e constituem um dos eixos mais fortes da reconhecida perda de coesão social.

Por duas razões:

— a primeira porque, nas actuais circunstâncias, enfraquecida a relação salarial e com significativa perda de peso das remunerações do trabalho no total do rendimento, os sistemas de segurança social assentes nessas contribuições abrem brecha;

— a segunda porque, não tendo ainda sido revista a representação simbólica acerca do trabalho nem — muito menos — criadas formas alternativas de atribuição de status social e de identidade pessoal, os homens e as mulheres que dele se encontram privados (pelo desemprego ou pela precaridade) estão sujeitos à violência de uma desqualificação injusta e forçada, com inevitáveis reflexos no plano antropológico, social e civilizacional.

Com este enunciado do problema, gostaria de deixar esboçada a tese de que a análise das novas desigualdades terá de desembocar, necessariamente, nos três eixos seguintes:

— o repensar do conceito de trabalho;

— o reconhecimento da ruptura irreversível da relação economia e sociedade;

— a busca de conceitos alternativos que sirvam de fundamento à repartição da riqueza e do rendimento, à realização pessoal de cada homem e de cada mulher nas suas diferentes etapas de vida e à solidariedade e coesão social.

Dos três eixos referidos, talvez o de maior alcance, até porque está intimamente relacionado com os outros dois, seja, sem dúvida, a refundação da noção de trabalho e suas implicações aos vários níveis: informação estatística, base contratual, recurso económico, status social, cidadania, etc.

Não é tarefa fácil, mas como adverte André Gorz, «é necessário aprender a discernir as possibilidades não realizadas que dormitam nas dobras do presente» (Gorz, 1997).¹

¹ Vale a pena transcrever ainda mais esta citação: «É preciso queremos lançar mão destas possibilidades, lançar mão do que está em transformação. É preciso ousar romper com esta sociedade que morre e não voltará a nascer. É preciso ousar o Êxodo. Não há que esperar nada dos tratamentos sintomáticos

O trabalho que está em vias de desaparecer ou de se tornar uma raridade é o trabalho abstracto, objectivado, susceptível de relação mercantil, quantificável, o trabalho-mercadoria. Mas não poderá extinguir-se o trabalho em sentido mais amplo, que consiste no esforço de inteligência, vontade, saber, e outras capacidades que um ser humano, mulher e homem, desenvolve em alguma actividade directa ou indirectamente útil à sociedade e aos seus próprios olhos.

Se o capital encontrou um meio de enfraquecer a coesão dos trabalhadores através da rarefação do trabalho-mercadoria e da conseqüente transformação da relação salarial a seu favor, não fechou — e não pode fechar — as portas de saída para um salto de ordem civilizacional, que será a real emancipação do trabalho humano das diferentes alienações que o sujeitaram e sujeitam.

Este não é um problema meramente económico. É um problema político e, em última análise, é uma questão de concepção ideológica e de visão ética acerca da pessoa humana, da sociedade, do Estado e do cosmos, em que a economia reassuma a sua posição de meio e não de fim supremo, como presentemente ainda sucede.

Em suma: o que pretendo afirmar é que se, na presente conjuntura, o «trabalho», pelo sentido que lhe é dado na cultura ainda dominante no mundo capitalista e pela apreensão económica e jurídica que dele se faz, constitui um factor-chave na análise das novas desigualdades, tal não significa que devamos ficar colados/as para sempre a uma tal concepção. Esta é, afinal, uma concepção relativamente recente. Nasceu com a civilização industrial e o capitalismo e não será nada mau que com eles morra. O que importa, pois, é dirigir a busca de novas soluções no sentido dos novos horizontes que se escondem nas «pregas» deste presente; dramático, é certo, mas não apocalíptico ou catastrófico.

da 'crise', porque já não há crise: instalou-se um novo sistema que abole o 'trabalho' a uma escala maciça. Este sistema restaura as piores formas de dominação, de sujeição, de exploração, obrigando todos a lutar contra todos para ter acesso a este 'trabalho' que ele abole. Não é esta abolição que temos de lhe censurar: é pretender perpetuar como obrigação, como norma, como fundamento insubstituível dos direitos e da dignidade de todos esse mesmo 'trabalho' do qual eliminou as normas, a dignidade, a acessibilidade. [...] É preciso que o trabalho perca a centralidade que possui na consciência, no pensamento, na imaginação de todos; é preciso aprender a olhá-lo de modo diferente — não continuar a pensá-lo como aquilo que não se tem, mas como aquilo que fazemos. É preciso ousar reapropriar-nos do trabalho.»

4. O imperativo de uma nova cultura

A abordagem que venho fazendo das novas desigualdades aponta, sem ambiguidade, creio, para o reconhecimento de que não só se trata de um problema-chave no processo de mutação social e civilizacional em curso, com uma estreita articulação com a economia, como se reveste também de uma conotação de raiz cultural. Impõe-se, agora, explanar um pouco mais esta dimensão do problema e suas implicações na busca de soluções.

A civilização industrial e seu suporte de economia capitalista segregaram, juntamente com outros factores condicionantes, uma certa forma de pensar, de estar, de se relacionar, de viver. Não se trata aqui de fazer a caracterização de todas essas especificidades, mas não suscitarão polémica alguns exemplos notórios:

— a noção de tempo (o «time is money» é bem a marca da civilização industrial de que tanto se admirava o Papalagui cuja mentalidade o impediria de sacrificar jamais alguma relação pessoal e de atenção aos outros a um qualquer constrangimento de relógio);

— a dominante individualista na configuração de trajectórias pessoais no estudo, na profissão e, de modo geral, em todo o feixe de relações com as coisas, as pessoas, as gerações futuras, em suma, aqueles que, na nossa visão míope, designamos por «outros» e que, em rigor, são sempre parte de nós;

— o predomínio de uma lógica de racionalidade assente na razão, com subestimação de afectos, emoções, intuições e prazeres;

— a sobrevalorização de critérios de eficiência e eficácia com negligência em relação a custos ambientais e sociais;

— a sedução imparável do «mais ter», mesmo que em prejuízo ou em detrimento do «melhor ser» e da qualidade da vida pessoal e colectiva;

— uma visão da liberdade individual desresponsabilizante em relação aos outros e ao futuro.

Esta matriz cultural, em boa parte herdada do século das Luzes e alimentada pela economia e a tecnologia dominantes, não favorece a tarefa de enfrentar com êxito as novas desigualdades. Pelo contrário, entregue a si mesma, tenderá a fomentar comportamentos egoístas do tipo «salve-se quem puder», que o mesmo é dizer, servirá como reforço das novas desigualdades.

A alternativa tem de passar pelo desenvolvimento de uma crítica da cultura dominante, pondo a descoberto as suas

contradições e os efeitos perversos da miopia de que enferma.

De vários quadrantes começam a surgir vozes nesse sentido. Cito, entre outras, duas instâncias: o Relatório da Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida, elaborado entre 1993-96, sob a presidência de Maria de Lourdes Pintasilgo, para a Organização das Nações Unidas e submetida à apreciação dos vários Países membros e da opinião pública mundial; o Relatório da Comissão criada no seio da Unesco sobre a problemática da educação para o século XXI.

No primeiro dos dois documentos citados, expressa-se, sem ambiguidade, a urgência de fazer surgir uma nova cultura, base de suporte para um indispensável novo contrato social. Constituem pilares da nova cultura, tal como preconizado pela Comissão, os seguintes:

- uma ética de co-responsabilidade;
- uma ética de partilha e de solidariedade;
- uma ética de «cuidado» (ou preocupação) pelos outros, por nós próprios, pela natureza, pelas novas gerações, interiorizando nas decisões e comportamentos de cada um estas diferentes facetas;
- uma ética de sobriedade e de autocontenção no respeito pelos recursos não indefinidamente renováveis.

No Relatório para a Unesco elaborado pela Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI presidida por Jacques Delors, é reconhecido que a educação é o passaporte indispensável para o próximo século.²

Não apenas as novas gerações, mas também a população adulta, mulheres e homens, sobretudo os que estão em idade activa, carecem de uma nova inteligibilidade e um novo sentido do viver para um compromisso mais lúcido, responsável e empenhado na construção da casa comum. É que a globalização da economia e das finanças não foi ainda acompanhada do correspondente salto no plano da consciência, pensamento e sentir humanos. Boa parte das tensões, desequilíbrios e rupturas tem aqui os seus alicerces. A educação pode fazer a diferença.

² Na síntese de Roberto Carneiro, no prefácio à edição portuguesa do Relatório, afirma-se: «perante tanta indeterminação (as águas turvas do final do século XX) e até sintomatologia de crise, a Educação pode fazer a diferença».

5. A indispensável reforma do Estado

Cabe, agora, abordar o último tópico desta comunicação: a indispensável reforma do Estado.

É manifesto o atraso com que as instâncias políticas e sindicais vêm respondendo aos novos desafios da modernidade, de que as novas desigualdades constituem um expoente incontornável.

As soluções que a nível do Estado se vão viabilizando não tocam no cerne dos problemas e, por isso, não raro, lhes acrescentam complexidades e novas disfunções.³

Os sindicatos, por seu turno, não têm demonstrado capacidade para enfrentar as novas desigualdades nem dispõem de instrumentos para forjar um novo conceito de trabalho com autonomia da relação salarial e vínculo primordial com a cidadania. Assim sendo, os lugares da conflitualidade social (que outrora puderam ser controlados pelos sindicatos) hoje fogem da sua alçada.

Os novos conflitos não têm de facto um espaço próprio para serem politicamente geridos. Acomodam-se os seus efeitos com maior ou menor êxito relativo, atenuando, assim, as tensões e permitindo que se mantenha uma certa passividade associada à impotência, mas não evitando um mal-estar crescente.

Será que o Estado poderá vir a ser não apenas um «gestor cauteloso», mas também um produtor do futuro como «encenador do longo prazo»?

Esta é a questão que, obviamente, tem conotação ideológica e política e constitui um grande desafio para os partidos e movimentos da esquerda: organizar a sociedade civil e reconstruir o Estado, de modo a viabilizar um novo contrato social assente na cidadania, na solidariedade, na co-responsabilização e tendo como horizonte de fundo a concretização efectiva dos direitos humanos.

Organizar a sociedade civil, de modo a que a produção dos laços sociais se desloque da relação mercantil mediada pelo mercado e pelo dinheiro para relações de cooperação reguladas pela reciprocidade e mutualidade. Organizar a sociedade no sentido de uma sociedade activa onde o trabalho de mulheres e homens é valorizado como prestação feita à sociedade em bem-estar colectivo e coesão social.

Reconstruir o Estado de modo a que este assuma um

³ Receio bem que isto venha a passar-se com uma medida de política, indiscutivelmente generosa, como é o rendimento mínimo de inserção recentemente adoptado em Portugal.

papel de arbitragem das desigualdades presentes e uma função pró-activa no sentido da construção do futuro.

Uma palavra final para precisar que o teste de coerência a que a esquerda está, hoje, submetida não se confina à definição de posições relativas aos objectivos a alcançar, abarca igualmente os processos seguidos. A este propósito, importa lembrar que a fronteira que separa as águas da esquerda apresenta uma tríplice característica no que se refere ao modo de enfrentar as novas desigualdades:

— a primeira olha a realidade a partir das vítimas, isto é, os marginalizados, excluídos e explorados;

— a segunda não foge à consideração da natureza dos problemas, seus mecanismos e factores causais, mesmo se estes mergulham as suas raízes em razões de ordem estrutural;

— a terceira não desdenha o seu papel de fazer arbitragens e escolhas e assume as consequências dessas escolhas, no entendimento de que a política não é uma prática de bons sentimentos mas uma arte de dirimir conflitos e fazer escolhas com sentido de futuro. ■

Referências Bibliográficas

- | | | |
|----------------------|------|---|
| Fitoussi, Jean-Paul; | 1997 | <i>A nova era das desigualdades</i> . Lisboa: Celta. |
| Rosanvallon, Pierre | | |
| Gorz, André | 1997 | <i>Misères du présent. Richesse du possible</i> . Paris: Galilée. |